



Anais da Assembléia

Nº 144

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 10 DE SETEMBRO DE 1997

ANO XXIII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI
3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI
3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI
4º Secretária - PPB

ANGELO VANHONI
5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado VALDIR ROSSONI
PDT	Deputado WALMOR TRENTINI
PTB	Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI
PMDB	Deputado ORLANDO PESSUTI
PFL	Deputado ELIO RUSCH
PSDB	Deputado CESAR SILVESTRI
PT	Deputado PERICLES H. MELLO
PPB	Deputado AUGUSTINHO ZUCCHI

Representação Partidária

PDT - 11: Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Julio Ando - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Milton Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni - Walmor Trentini; PMDB - 10: Cletton Kleise - José Durval Amaral - José Tavares - Caio Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PSDB - 09: Albanor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Edson Lino - José Maria Ferreira - Ricardo Chab - Sérgio Spedda; PFL - 06: Basílio Zanusso - Élio Rusch - Hidekazu Takayama - Nelson Garcia - Plauto Miró - Rony Borsoato; PPB - 06: Augustinho Zucchi - César Selame - Duilio Genari - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PTB - 06: Ademir Trajano - Anibal Khury - Eduardo Trevisan - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Alborghetti - Marquinhos Alves; PT - 05: Angelo Vanhoni - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PL - 01: Horácio Rodrigues.

Ato da Presidência:

SÚMULA: Autoriza o Senhor Jaime Lerner Governador do Estado do Paraná ausentar-se do país, com destino à Suíça.

DATA: 10.09.97. Suíça.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Art. 73 da Constituição Estadual combinado com o Art. 123 do Regimento Interno o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º - Fica autorizado ao Senhor Jaime Lerner, Governador do Estado do Paraná, ausentar-se do País, entre os dias 10 e 14 do corrente mês, com destino à Suíça, a fim de, na Cidade de Lausanne, manter contatos e tratar de assuntos de interesse o Estado do Paraná, junto à Presidência da Comissão Organizadora dos próximos Jogos Olímpicos.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de DEZEMBRO", em 10.09.97.
ANIBAL KHURY
Presidente

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA
ATA DA 43ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 10 DE SETEMBRO DE 1997
(QUARTA-FEIRA)**

Presidência do Senhor Deputado Neivo Beraldin, secretariada pelos Senhores Deputados José Tavares e Luiz Carlos Alborghetti.

Às quinze horas e quarenta e cinco minutos é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Cláudio Romaneli, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Antonio Annibelli, Irondi Pugliesi, Angelo Vanhoni, Ademar Traiano, Albanor Gomes, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Calto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, João Tecchy, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Júlio Ando, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Remy Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmar Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

MENSAGEM:

MENSAGEM Nº 48/97

Senhor Presidente.

Através da presente tenho a honra de solicitar a essa Augusta Assembléia Legislativa, em conformidade com o disposto no art. 54, inciso XI, da Constituição Estadual, autorização para me afastar do País, entre os dias 10 e 14 do corrente mês, com destino à Suíça, a fim de, na cidade de Lausanne, manter contatos e tratar de assuntos de interesse do Estado do Paraná junto à Presidência da Comissão orga-

nizadora dos próximos "Jogos Olímpicos".

Certo de que a presente solicitação merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente autorização, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 10.09.97
(a) JAIME LERNER

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2085-T

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inversão da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 10.09.97
(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI.

REQUERIMENTO Nº 2085-U

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada de votação da Proposição nº 004/97, constante da Ordem do Dia da presente Sessão por dez (10) sessões.

Sala das Sessões, em 10.09.97
(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI.

Projeto de Decreto Legislativo:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 010/97
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado o Senhor Jaime Lerner, Governador do Estado do Paraná, ausentar-se do País, entre os dias 10 e 14 do corrente mês, com destino à Suíça, a fim de, na Cidade de Lausanne, manter contatos e tratar de assuntos de interesse do Estado do Paraná, junto à Presidência da Comissão Organizadora dos próximos Jogos Olímpicos.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.09.97
(a) COMISSÃO EXECUTIVA.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Está encerrada a hora do expediente.

Passa-se à ORDEM DO DIA,
com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, mensagem de autoria do Sr. Governador do Estado, constante do expediente, solicitando autorização para se afastar do País entre os dias 10 e 14 do corrente mês, com destino à Suíça. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Decreto Legislativo nº 10/97, de autoria da Comissão Executiva, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente, solicitando a inversão da Ordem do Dia da presente sessão. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento de inversão acima aprovado, passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 05

DISCUSSÃO ÚNICA - do Projeto de Decreto Legislativo nº 10/97, de autoria da Comissão Executiva - Mensagem nº 048/97, que autoriza o Senhor Jaime Lerner, Governador do Estado a ausentar-se do País entre os dias 10 a 14 do corrente mês, com destino à Suíça. Com Parecer FAVORÁVEL da Comissão Executiva.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 10/97
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado ao Senhor Jaime Lerner, Governador do Estado do Paraná, ausentar-se do País, entre os dias 10 e 14 do corrente mês, com destino à Suíça, a fim de, na Cidade de Lausanne, manter contatos e tratar de as-

suntos de interesse o Estado do Paraná, junto à Presidência da Comissão Organizadora dos próximos Jogos Olímpicos.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.09.97
(a) COMISSÃO EXECUTIVA.

EM VOTAÇÃO:

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Para Encaminhar) -

Sr. Presidente, Srs. Deputados, os paranaenses, pela vigésima vez são surpreendidos com uma viagem relâmpago do Governador Jaime Lerner. O Governador Jaime Lerner, ele resolve viajar justamente num momento extremamente grave que o Estado do Paraná está passando.

E eu não poderia deixar aqui, Sr. Presidente, de comentar neste encaminhamento de votação de mais esta autorização embora o Governador a esta altura já está lá vivendo dias extremamente agradáveis, vivendo das amenidades que proporciona um país como a Suíça, país dos grandes Bancos deste mundo, aonde, segundo a lenda, está o dinheiro das famosas contas secretas, mas eu não poderia deixar neste momento de comentar o artigo do jornalista Luiz Geraldo Mazza, que é alguém que temos que reconhecer que é uma pessoa que no mínimo lê, discute, questiona, é imparcial, vira e mexe me dá uns puxões de orelha, a mim e muitos dos senhores parlamentares aqui, mas há que se reconhecer que a análise que o jornalista Luiz Geraldo Mazza vem bem a calhar, ou seja, em síntese o que diz o Luiz Geraldo Mazza? Diz que o Governador no momento de maior crise, de séria crise financeira que o Estado do Paraná está passando, de gravíssimo conflito social no campo que nós estamos assistindo, o Governador encontra tempo para ir falar com quem? Com o Presidente do Comitê dos Jogos Olímpicos. E eu fico me perguntando, meu Deus do Céu, será que nós paranaenses que todo dia, Srs. Deputados, vamos bater aqui na nossa porta, que miseráveis pedindo uma ambulância, remédios, uma cesta básica, será que nós vivemos em dois Estados que são rigorosamente distintos? Será que é um Estado dos irresponsáveis que enfiam 40 milhões numa brincadeira chamada jogos mundiais da natureza? E não é. É um Estado de miseráveis que não tem dinheiro para investir na área da saúde, na área efetivamente que se precisa apoiar, do pequeno agricultor. Que Estado é este que nós estamos vivendo que está com um furo de um bilhão e quatrocentos milhões, que está na incerteza de ter o seu Banco público que é um, patrimônio acumulado por todas as gerações, o Banco está na iminência de ser privatizado e é claro o Governador ao invés de estar aqui discutindo os problemas em Brasília, no Palácio Iguaçu, não, está em Lousanne, na Suíça, bebendo é claro, do bom vinho, dormindo em hotéis de cinco estrelas e completamente desligado da realidade que nós estamos vivendo.

Nós não podemos, Srs. Deputados e Sr. Presidente, sermos irresponsáveis ao ponto de endossarmos posturas iguais a esta.

Quero encaminhar, e pela primeira vez vou votar contra a autorização de viagem porque é rigorosamente dispensável que um Governador vá em busca de amenidades, fugindo à responsabilidade, no momento em que ele devia estar sim visitando os acampamentos dos sem-terras, discutindo com as lideranças; e não da postura da intransigência e da soberba, querendo romper o diálogo que tem que se reconhecer, diálogo essencial com o Movimento dos Trabalhadores Rurais, os sem-terras. Por isso, que quero registrar aqui a postura do Jornalista Luiz Geraldo Mazza, límpida, cristalina, que levanta completamente os grandes problemas do Estado do Paraná. E amanhã, Deputado Valdir Rossoni, vou pedir para que se registre nos Anais da Assembleia Legislativa o artigo do Luiz Geraldo Mazza, se V. Exa. não concordar saibam os Srs. que vou ler aqui na Tribuna.

Muito obrigado.

O SR. VALDIR ROSSONI (Para Encaminhar) - Sr. Presidente e Srs. Deputados, eu sinceramente acho que o ilustre Deputado Romanelli fez o seu discurso numa hora não apropriada porque os holofotes das televisões, dos jornais pelo que eu estou observando não estão mais aqui. Se-

nhor Presidente, gostaria que me fosse assegurada a palavra como eu o respeitei. E sempre o costume do ilustre Parlamentar quando nós estamos mostrando o outro lado da história, o Deputado tem por costume não querer permitir a palavra. O Senhor Presidente e Senhores Parlamentares, essa posição do Deputado Romanelli de que está se gastando 40 milhões em besteiras. Quero só responder com poucas palavras ao Deputado Romanelli. Esses quarenta milhões que estão sendo gastos na Costa Oeste é a salvação da Costa Oeste e de Foz do Iguaçu. Essa história nós já ouvimos no Paraná, é a mesma história que aconteceu com a cidade industrial de Curitiba, quando os mesmos cidadãos diziam que lá na cidade industrial de Curitiba o Governador Jaime Lerner estava fazendo um amplo campo de golfe para os ricos, é a mesma história. Por isso, vir aqui fazer um pronunciamento desta forma, se preocupar com que hotel que o Governador Jaime Lerner vai ficar na sua viagem acredito que é ser muito pequeno, não tendo visão estratégica e visão de futuro. Nós estamos preparando este Estado para o futuro e isto deixa, sem sombra de dúvida, deixa o Deputado Romanelli desesperado, preocupado, porque ele sabe que o ano que vem ele vai sofrer mais uma derrota porque voltar atrás nunca mais.

O DR. ROSINHA - (Para Encaminhar) - Senhor Presi-

dente, e Srs. Deputados, nós não queremos entrar no mérito de que se os Jogos da Natureza são importantes ou não, ou qual o hotel e a marca do vinho que o nosso Governador vai beber. Nós queremos levantar dois pontos, o primeiro deles é se essa viagem é de extrema importância ao Paraná. Um Governador se deslocar para ir falar com o Presidente dos Jogos Olímpicos Mundiais, se não poderia ter sido feito isso aí por qualquer assessor, ou mesmo o Secretário a nível de Governo. Quer dizer, a importância dessa viagem é questionável. A segunda questão: o Governador tem tamanha certeza e absoluta certeza que esta Casa aprova tudo que ele manda para cá sem questionar nada que as 11:00 da manhã ele já embarcou, ou seja, pode estar no Brasil ainda para pegar o voo mais a noite, mas já não está mais no Estado do Paraná. O que significa que esta Assembleia aprovará tudo o que o Governador manda. A nossa Bancada do PT, mesmo na legislatura anterior e nessa, nunca votamos contra a licença do Governador para viajar, mas essa de hoje é impossível votar favorável, quando ele já saiu do nosso Estado, para dizer que nós não somos capacho do Sr. Governador, que vamos dizer sim a ele a tudo. A nossa bancada do Partido dos Trabalhadores vota contra pelo desrespeito com que trata esta Casa e todos nós Deputados, achando que nós sempre vamos dizer sim e "amém" a tudo o que ele faz, pois ele partiu às onze horas da manhã.

O SR. ELIO RUSCH - Sr. Presidente, (Para Encaminhar) (Assentimento).

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que estamos votando agora, o Decreto Legislativo, que autoriza o Governador do Estado a se ausentar do Estado com uma missão muito importante.

Eu ouvia o Líder do Governo, quando ele encaminhava essa proposição e fazia menção à Cidade Industrial de Curitiba.

O Oeste do Paraná, e, aqui, nós temos diversos parlamentares e, na Tribuna, nós temos o suplente Deputado Branguile, da Cidade de Santa Helena, que são profundos conhecedores da nossa região, desde o tempo em que chegaram os pioneiros que desbravaram esta mata. Constantes foram as lutas para construir a riqueza daquela região. E muito sofreu o Oeste do Paraná, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quando se falou na construção da maior hidrelétrica do mundo. Com a construção da hidrelétrica e sua barragem, veio a formação do lago, e, com isso, milhares e milhares de agricultores foram embora. O comércio fechou suas portas e assim por diante. E a região sofreu muito.

Nunca na história do Paraná, alguém tem se preocupado em resgatar aquilo que é mais sagrado para sua comunidade, ou seja, o valor histórico, cultural desta região.

Nós perdemos aquilo que a natureza nos ofereceu: a Cidade, o Município de Guaíra, o Brasil e o mundo perderam as Sete Quedas.

É difícil levantar, aqui na Assembléia ou mesmo no Congresso Nacional, partir em defesa desta comunidade àquilo que nós perdemos.

Em 1994, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quando nós estávamos na campanha eleitoral e acompanhamos o então candidato ao Governo, Jaime Lerner, nesta região, desde Guaira, até Foz do Iguaçu. Sobrevoamos todos os municípios. O Lerner passava a mão na cabeça e dizia o seguinte: não é admissível nem compreensível que ninguém se lembrou de explorar essa região e o Lago de Itaipu turisticamente. O, então candidato anunciou para o Estado do Paraná: a criação do Projeto Costa-Oeste.

O Projeto Costa Oeste existe, mas não adianta deixar ele no papel, se faz necessário divulgá-lo, não só para o Paraná e o Brasil, mas para o mundo. Se criou no Estado do Paraná e para a felicidade da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, os Jogos Mundiais da Natureza. E não só os Jogos Mundiais da Natureza, o Governo já pensa no dia seis de outubro, quando já estão encerrados os Jogos Mundiais, o que vai se fazer com as bases construídas, em Marechal Cândido Rondon, em Santa Helena, em Itaipulândia, em Foz do Iguaçu, em Guaíra, enfim, em todos os municípios?

Já se pensa na realização dos Jogos Brasileiros da Natureza, dos Jogos da Natureza do MERCOSUL, dos Jogos da Natureza das Américas. Fazer com que os grandes investidores, para que a iniciativa privada, não só do Brasil, mas do mundo inteiro tomem conhecimento da potencialidade turística que o Lago Itaipu oferece para que possam ser explorados. Está aí presente o Deputado Sérgio Spada, Deputado Sâmis da Silva, um número muito grande de brasileiros e estrangeiros vêm anualmente nessa cidade. E a permanência dos turistas é de 1 a 6 dias na nossa região.

E vem agora o Governador do Estado do Paraná, junto com o Secretário de Esportes e Turismo do Paraná lá na Austrália, buscar também maior tecnologia. E pede para a Assembléia Legislativa aprovar a sua ausência do Brasil.

E por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, encaminhamos favoravelmente, não só pelo fato de se ausentar o Governador do Estado, mas acima de tudo, para devolver a nossa Região para o Estado do Paraná, aquilo que é de mais justo e mais certo. E com toda a certeza Romanelli e Rosinha, daqui há quinze anos haverão de dar razão para o Governador do Estado do Paraná, pelos grandes incentivos que está oferecendo para o futuro do Turismo. Daqui há quinze anos eu gostaria de conversar com V.Exa. sobre o mesmo assunto. E só o tempo há de confirmar os nossos atos.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Em discussão. Encerrada a Discussão. Em votação. Projeto de Resolução nº 048/97. Aprovado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Verificação de Votação, Sr. Presidente.

O SR. FLORISVALDO FIER - Voto contrário, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Solicitada a verificação de votação.

Srs. Deputados que aprovam queiram levantar-se.

22 Deputados Aprovam.

10 Deputados Rejeitam.

Está Aprovada a viagem do Governador.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Não quero entrar no mérito da questão, viagem aos Jogos da Natureza ou não, mas me faz votar contrário uma questão que está acontecendo rotineiramente aqui na Assembléia, que é o pedido de autorização após a viagem do Governador. Acho que para nós quebrarmos Deputado Rossoni essa rotina que ela pode perfeitamente ser colocada no seu devido lugar, porque não havia um motivo de força maior que obrigasse o Governador a mandar depois de sair. Se não acaba virando rotina isso, nós vamos estar sempre após a saída do Governador ratificando o fato, já ocorreu em momentos de doença da sua esposa, sempre votamos a favor, sempre entendemos as razões de Governo. Agora não há razões, não custa nada

mandar um Ofício para a Assembléia que certamente sempre terá autorização da Assembléia Legislativa, mas que mande dentro do Regimento Interno, antes de ausentar-se e transferir o Poder para a Vice-Governadora.

O SR. FLORISVALDO FIER - Sr. Presidente, para registrar o voto do PT contrário e para dizer que é contrário, porque o Sr. Governador já está viajando, porque ele está desrespeitando esta Casa. Não diz absolutamente nada a questão dos Jogos da Natureza como tentou ensinuar o Deputado Élio Rusch em relação ao nosso encaminhamento anterior. O Deputado deveria prestar a atenção quando encaminhamos contra, às razões, que não é aquela que V.Exa. tentou nos impor, nos impingir. Aliás até é bom que defendamos o desenvolvimento daquela costa, porque a construção de Itaipu se deu durante a Ditadura Militar bancada pela antiga ARENA e os Militares, cujo, desdobramento se deu hoje o PFL e outros partidos de sustentação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) -

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 354/97 de autoria do Deputado Sâmis da Silva que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos do Bairro Jardim América, com sede e foro no Município de Foz do Iguaçu. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 117, de 07.08.97).

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 348/97 de autoria do Deputado Nelson Garcia que declara de Utilidade Pública a Creche Menino de Deus de Rondon, com sede e foro na Cidade de Rondon. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 116, de 06.08.97).

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 306/97 de autoria do Deputado José Maria Ferreira que declara de Utilidade Pública a Associação dos Deficientes Físicos de Rolândia - ADEFIR do Município de Rolândia, com sede e foro na Cidade de Rolândia. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 106, de 25.06.97).

ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 004/97, Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 163/96 de autoria do Deputado Sâmis da Silva que dispõe sobre a participação obrigatória de Comissão Especial, em ações policiais que visem a desocupação de áreas invadidas para assentamento. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/SEEG Nº 014/97

Curitiba, 06 de fevereiro de 1997.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 362/96, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e, na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 163/96, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo que qualquer operação policial que vise a desocupação de áreas invadidas para assentamento, deverá obrigatoriamente ser acompanhada de Comissão Especial composta por representantes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e órgãos oficiais que especifica.

O presente veto decorre de pronunciamento contrário à medida, expedido pela Procuradoria-Geral do Estado (Parecer nº 018/97-PGE) que, em anexo, integra, como razões fundamentais, o veto ora aposto.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER
Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 163/96 encontra-se publicado no D.A. nº 54/96, de 07.05.96).

Parecer nº 018/97 - PGE
Protocolo nº 2.979.800-1

Interessado - Secretaria de Estado do Governo-SEEG

Assunto - Análise do Projeto de Lei nº 163/96, que cria Comissão Especial para acompanhar operações de desocupação de áreas invadidas para assentamento.

Senhor Procurador Chefe:

1. A Secretaria interessada solicita pronunciamento a respeito da Lei nº 163/96, de iniciativa da Assembleia Legislativa, que cria uma Comissão Especial, composta por representantes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e da Ordem dos Advogados do Brasil, para acompanhar operações policiais que visem a desocupação de áreas invadidas para assentamento.

De acordo com a Justificativa, referida Comissão "terá o objetivo primordial de negociar com o representante dos invasores uma retirada pacífica", evitando o uso imediato da força policial requisitada pelo Poder Judiciário para cumprimento da ordem judicial de desocupação, e deverá ter conhecimento prévio do plano de ação policial a ser executado, quando forem esgotadas as possibilidades de acordo, e o uso da força for inevitável.

2. A matéria tratada no Projeto de Lei é de extrema importância para o Poder Executivo, considerando os inúmeros pedidos de Intervenção Federal que tramitam no Tribunal de Justiça do Estado, no Superior Tribunal de Justiça e no Supremo Tribunal Federal, motivados pelo não fornecimento de força policial para auxiliar no cumprimento dos mandados de desocupação, de áreas rurais e urbanas, expedidos pelo Poder Judiciário nas ações movidas pelos proprietários, caracterizando a hipótese prevista no art. 34, inc. VI da Constituição Federal, que autoriza a Intervenção da União para prover a execução de ordem ou decisão judicial.

A Procuradoria Geral do Estado vem atuando nestes processos de Intervenção Federal desde meados da década de 80, quando acentuaram-se as ocupações coletivas de propriedades públicas e privadas, no campo e na cidade, colocando a administração na contingência de desatender requisições de força pública feitas pelo Poder Judiciário para executar ordens de desocupação. O Poder Executivo Estadual, ciente que o emprego da força pública nestes casos de ocupação coletiva de áreas urbanas e rurais, é suscetível de trazer graves perturbações à paz pública e à ordem social, tem procurado evitar esta medida extrema, até porque operações antecedentes demonstraram-se instrumentos ineficazes para a solução destes conflitos.

3. No governo anterior, a matéria foi objeto inicialmente do Decreto 582, de 15 de julho de 1991, revogado pelo Decreto 643, de 07 de agosto de 1991, que regulava o procedimento administrativo para cumprimento de requisições judiciais de força policial, instituindo uma Comissão Especial para assessorar o Secretário de Estado de Segurança Pública, à qual competia proceder o estudo da situação, especialmente os riscos de distúrbios sociais no cumprimento da ordem, e promover esforços no sentido de encontrar soluções pacíficas, inclusive avaliando a possibilidade de transferências ordenadas para outras áreas, sempre por meios suávorios. O Juízo requisitante, que, inclusive, poderia compor a Comissão Especial, era informado de todo o procedimento administrativo, e o uso da força pública ficava condicionado a autorização do governador, quando concluídos os trabalhos da Comissão.

Este Decreto foi várias vezes considerado inconstitucional pelo Tribunal de Justiça do Estado, por entender que o mesmo violava o princípio da independência entre os Poderes (art. 2º da Const. Fed. e art. 7º da Const. Est.), na medida em que condicionava o cumprimento de uma ordem do Poder Judiciário (requisição de força policial) a autorização prévia do Poder Executivo.

Por esse motivo, o governo anterior houve por bem revogar o Decreto 643/91, através do Decreto 2484, de 17 de agosto de 1993, que ainda está em vigor, e determina a au-

toridade policial que receber requisição judicial de deslocamento de tropa para realização de despejos coletivos, com repercussão na ordem social, a obrigação de comunicar o fato ao Secretário de Estado da Segurança Pública e à Casa Civil, que deverão tomar as providências cabíveis no sentido de cumprir a ordem judicial.

4. O Projeto de Lei nº 163/96 pretende reeditar a situação vigente com o Decreto nº 643/91, e certamente reacende a discussão a respeito da constitucionalidade de submeter-se uma ordem judicial (requisição de força policial) à análise e decisão da autoridade administrativa.

Neste particular, não me parece que o Poder Judiciário irá mudar seu entendimento pelo fato de a matéria relativa ao cumprimento de requisições de força policial vir agora regulada em lei de iniciativa do Poder Legislativo. Tanto quanto o Decreto anterior do Poder Executivo, o Projeto 163/96 será considerado atentatório à independência do Poder Judiciário, na medida em que condiciona o cumprimento de ordem judicial ao exame de uma Comissão Especial.

5. Além da questão acerca de sua constitucionalidade, o Projeto de Lei nº 163/96 não representa, a meu ver, uma solução para o problema das requisições de força policial ao Poder Executivo Estadual.

Não trata dos inúmeros casos de requisições pendentes que tramitam na Secretaria de Estado da Segurança Pública, com processos de Intervenção Federal no Estado, e desconhece completamente a questão das ocupações de áreas urbanas, conforme os termos da sua Justificativa.

Além disso, uma Comissão que venha a ser instituída para mediar conflitos pela ocupação de áreas urbanas e rurais objeto de requisição de força policial encaminhada pelo Poder Judiciário não deverá ter sua atuação limitada a convencer os ocupantes a desocupá-la, pois tal missão frequentemente sucumbirá à disposição de resistência que caracteriza a atuação dos membros das comunidades invasoras.

A efetiva mediação desses conflitos requer soluções que envolvem a atuação de autoridades municipais (áreas urbanas) e federais (áreas rurais), e dos Poderes interessados (Executivo e Judiciário), o que recomenda uma comissão composta por representantes seus, sem exclusão das partes envolvidas e de outras entidades civis ou governamentais, a critério da autoridade estadual competente.

6. Por estes motivos, entendo que o Projeto de Lei nº 163/96 deva ser vetado com fundamento na competência do art. 87, inc. VII da Const. Estadual, e que a matéria de que trata seja regulamentada pelo próprio Poder Executivo mediante Instrução a ser expedida pelo Secretário de Estado da Segurança Pública, para execução do Decreto nº 2484/93 (art. 90, inc. II, Const. Estadual), que poderá, inclusive, instituir Comissão Especial para atuar em todos os casos, pendentes e futuros, de requisição de força policial para desocupação de áreas rurais e urbanas, com a composição que lhe parecer conveniente para os fins visados.

A Constitucionalidade da regulamentação da matéria relativa a requisições de força policial pelo Poder Executivo é defensável com base no entendimento de que, "ao empregar o concurso da força armada para dar cumprimento a mandados judiciais, a administração pública não atua como mero agente do Judiciário, mas como poder independente, em harmonia com a ação dos demais Poderes (Constituição, art. 2º). Foi exatamente por isso que o Conselho de Estado Francês, em jurisprudência consolidada, reconheceu que a administração pública é legitimada a retardar e mesmo a se recusar a cumprir mandados judiciais quando o emprego da força pública é suscetível de perturbar gravemente a paz pública e a ordem social, cuja manutenção é dever próprio do Executivo" (Fábio Konder Comparato)

É o parecer, S. M. J.

Curitiba, 27 de janeiro de 1997.

(aa) WILTON VICENTE PAESE

Procurador do Estado

GISELA DIAS

Procuradora Chefe

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO Nº 04/97

PARECER:

A presente Proposição Veto, oriunda do Poder Executivo tem por objetivo vetar o Projeto de Lei nº 163/96 do Deputado Sâmis da Silva que dispõe sobre a participação obrigatória de Comissão Especial, em ações policiais que visem a desocupação de áreas invadidas para assentamento.

Analisando o aspecto legal, constitucional e regimental, e estando dentro do prazo cabível, nada encontramos que impeça sua normal tramitação.

Sendo assim, está apto a ir a Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.04.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Sâmis da Silva, constante do expediente, solicitando a retirada de votação por 10 (dez) sessões. **Aprovado.** Fica, portanto adiada a discussão por 10 (dez) Sessões da Proposição nº 004/97.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Esta Presidência quer, a pedido do Deputado Plauto Miró, agradecer a presença dos Vereadores Inácio Filho Presidente da Câmara de Carambei e José Noceira e Emes Prestes da Câmara Municipal de Castro.

O SR. EMERSON NERONE - Só para registrar a presença do Vereador Celso de Santa Terezinha de Itaipu.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Esta Presidência associa-se com os votos de boas-vindas.

Nada mais havendo a tratar declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária.

Levanta-se a sessão.

Atas das Comissões:

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
13ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
7ª ATA EXTRAORDINÁRIA**

Aos dois dias do mês de setembro de um mil novecentos e noventa e sete, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Joel Coimbra e com a presença dos seguintes Deputados: Edgar Bueno, Dullio Genari, José Maria Ferreira, Florisvaldo Fier, Toti Colaço, Cesar Seleme, Eduardo

Trevisan, José Tavares, Plauto Miró Guimarães Filho e Basílio Zanusso. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente reunião, aprovando a ata da reunião anterior, após colocá-la em discussão e votação. Passa-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 004/97 de autoria do Deputado Hidekazu Takayama. Parecer CONTRÁRIO do Deputado José Tavares - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 378/97 de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 039/97. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Cesar Seleme - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 379/97 de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 040/97. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Basílio Zanusso - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 380/97 de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 041/97. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Dullio Genari - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 382/97 de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 043/97. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 413/97 de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 047/97. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Eduardo Trevisan - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrado os trabalhos, que para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados e por mim, Ana Lucia Andretta, Advogada e Secretária de Comissão.

(aa) JOEL COIMBRA

Presidente

ANA LUCIA ANDRETTA

Secretária

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
13ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
TERMO DA ATA**

Aos dois dias do mês de setembro de um mil novecentos e noventa e sete, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Senhor Deputado Joel Coimbra e com a presença dos seguintes Deputados: José Maria Ferreira, Eduardo Trevisan, Carlos Simões, Dullio Genari, José Tavares, Florisvaldo Fier e Orlando Pessuti. Não havendo número legal a presente reunião foi transferida. Nada mais havendo a tratar e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados e por mim, Ana Lucia Andretta, Advogada e Secretária de Comissão.

(aa) JOEL COIMBRA

Presidente

ANA LUCIA ANDRETTA

Secretária